

Sumário

CAPÍTULO 01 – IASC, FASB, IASB E CPC, 1

1. Introdução, 1
 2. IASC, 2
 3. IASB, 2
 4. FASB, 3
 5. Comitê de pronunciamentos contábeis, 4
 - 5.1 Efeitos da criação do comitê de pronunciamentos contábeis, 6
 - 5.2 Processo de conversão dos IFRS, 9
 - 5.3 Documentos emitidos pelo CPC, 11
 - 5.4 Termos de aprovação e revogação emitidos pelo CPC, 13
 6. Processo de adoção das normas IFRS no Brasil, 14
- Exercícios resolvidos, 14

CAPÍTULO 02 – CPC 00 (R1) ESTRUTURA CONCEITUAL, 19

1. Prefácio ao CPC 00, 19
2. Processo de atualização da estrutura conceitual, 20
3. Nova versão da estrutura conceitual, 21
 - 3.1 Capítulo um: da estrutura conceitual, 21
 - 3.2 Capítulo três: da estrutura conceitual, 21
4. Introdução à estrutura conceitual, 25
5. Finalidade e *status* do CPC 00, 27
6. Alcance da estrutura conceitual, 28
7. Objetivo do relatório contábil-financeiro de propósito geral, 29
8. Práticas contábeis brasileiras, 37
9. Características qualitativas, 37
 - 9.1 Introdução às características qualitativas, 38
10. Características qualitativas fundamentais, 38
 - 10.1 Relevância, 38
 - 10.1.1 Materialidade, 39
 - 10.2 Representação fidedigna, 40
 - 10.2.1 Informação completa, 41
 - 10.2.2 Informação neutra, 41
 - 10.2.3 Informação livre de erro, 43
 - 10.3 Aplicação das características qualitativas fundamentais, 44
11. Características qualitativas de melhoria, 44
 - 11.1 Comparabilidade, 44
 - 11.1.1 Comparabilidade e uniformidade, 45

- 11.1.2 Comparabilidade e consistência, 45
 - 11.2 Verificabilidade, 46
 - 11.3 Tempestividade, 46
 - 11.4 Compreensibilidade, 46
 - 12. Aplicação das características qualitativas de melhoria, 49
 - 13. Restrição de custo na elaboração das demonstrações contábeis, 49
 - 14. Texto remanescente da estrutura conceitual, 51
 - 14.1 Continuidade, 51
 - 15. Posição patrimonial e financeira, 51
 - 15.1 Ativos, 52
 - 15.2 Passivos, 54
 - 15.3 Patrimônio líquido, 56
 - 15.4 *Performance*, 58
 - 15.5 Receitas, 62
 - 15.6 Despesas, 63
 - 15.7 Ajustes para manutenção de capital, 65
 - 15.8 Reconhecimento dos elementos das demonstrações contábeis, 65
 - 15.9 Probabilidade de futuros benefícios econômicos, 66
 - 15.10 Confiabilidade da mensuração, 67
 - 15.11 Reconhecimento de ativos, 68
 - 15.12 Reconhecimento de passivos, 69
 - 15.13 Reconhecimento de receitas, 69
 - 15.14 Reconhecimento de despesas, 70
 - 15.15 Mensuração dos elementos das demonstrações contábeis, 71
 - 15.15.1 Custo histórico, 72
 - 15.15.2 Custo corrente, 72
 - 15.15.3 Valor realizável, 73
 - 15.15.4 Valor presente, 73
 - 16. Conceitos de capital, 75
 - 17. Manutenção de capital e determinação do lucro, 76
- Exercícios resolvidos, 77

CAPÍTULO 03 – CPC 01 (R1) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS, 85

- 1. Objetivo do CPC 01, 85
- 2. Alcance do CPC 01, 85
- 3. Fora do alcance do CPC 01, 85
- 4. Taxa de desconto, 87
- 5. Valor em uso, 88
 - 5.1 Base para estimativas de fluxos de caixa futuros, 88
 - 5.2 Composição das estimativas de fluxos de caixa futuros, 89
- 6. Valor justo líquido de despesa de venda, 93
- 7. Valor recuperável, 94
- 8. Valor contábil, 94
 - 8.1 Perda por desvalorização, 95
- 9. Vida útil de um ativo, 95
- 10. Periodicidade do teste de recuperabilidade, 95
 - 10.1 Fatores que identificam a desvalorização de um ativo, 95
- 11. Etapas do teste de recuperabilidade, 96
 - 11.1 Mensuração do valor recuperável, 98
- 12. Unidade geradora de caixa, 99
 - 12.1 Desvalorização em uma unidade geradora de caixa, 101
- 13. Casos especiais de mensuração envolvendo uma UGC, 102
 - 13.1 Mensuração do valor recuperável de um ativo intangível na UGC, 102
 - 13.2 Mensuração do valor recuperável de um *goodwill* na UGC, 103
 - 13.3 *Goodwill*, 104

14. Ativo intangível e *goodwill*, 107
 15. Ativos corporativos, 110
 16. Perda de ativo reavaliado, 115
 - 16.1 Perda por *impairment* de ativo não reavaliado, 117
 - 16.2 Perda por *impairment* inferior à reserva de reavaliação, 118
 - 16.3 Perda por *impairment* superior à reserva de reavaliação, 119
 17. Reversão de perda por desvalorização, 121
 - 17.1 Reversão de perda por desvalorização para ativo individual, 123
 - 17.2 Reversão de perda por desvalorização para uma UGC, 123
 - 17.3 Reversão de perda por desvalorização do *goodwill*, 123
 18. Perda superior ao valor contábil, 129
 19. Teste de recuperabilidade em ativos intangíveis, 130
 20. Tratamento fiscal das despesas com *impairment test*, 131
- Exercícios resolvidos, 132

CAPÍTULO 04 – CPC 02 (R2) EFEITOS DAS MUDANÇAS NAS TAXAS DE CÂMBIO E CONVERSÃO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, 155

1. Introdução, 155
 2. Objetivo do CPC 02, 155
 3. Alcance do CPC 02, 156
 4. Moeda, 159
 5. Reconhecimento inicial de uma transação em moeda estrangeira, 159
 6. Taxa de câmbio, 160
 7. Moeda funcional, 161
 - 7.1 Moeda funcional de investimentos no exterior avaliados pelo MEP, 163
 8. Apresentação das transações no encerramento do exercício social, 163
 9. Métodos de conversão, 164
 - 9.1 Método histórico, 164
 - 9.1.1 Itens monetários, 164
 - 9.1.2 Itens não monetários, 166
 - 9.2 Método temporal, 168
 - 9.3 Método da taxa corrente, 168
 - 9.3.1 Conversão de itens monetários, 168
 - 9.3.2 Conversão de itens não monetários mensurados ao custo histórico, 170
 - 9.3.3 Conversão de itens não monetários mensurados ao valor justo, 171
 10. Formas jurídicas do investimento no exterior, 178
 11. Uso de moeda de apresentação diferente da moeda funcional, 178
 12. Variação cambial, 181
 - 12.1 Reconhecimento de variação cambial de itens monetários, 181
 - 12.2 Reconhecimento de variação cambial de itens não monetários, 182
 13. Investimento líquido em entidade no exterior, 185
 14. Dividendos de investimentos avaliados pelo MEP no exterior, 189
 15. Efeitos fiscais de todas as variações cambiais, 196
- Exercícios resolvidos, 196

CAPÍTULO 05 – CPC 03 (R2) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, 217

1. Introdução ao CPC 03, 217
2. Finalidade do CPC 03, 217
3. Alcance do CPC 03, 218
4. Benefícios da informação dos fluxos de caixa, 218
5. Caixa e equivalentes de caixa, 218
 - 5.1 Saldo bancário a descoberto, 219
6. Apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, 228
7. Atividades operacionais, 228
8. Atividades de investimento, 229

9. Atividades de financiamento, 230
 10. Apresentação dos fluxos de caixa das atividades operacionais, 230
 11. Fluxo de caixa pelo método direto, 231
 12. Fluxo de caixa pelo método indireto, 235
 - 12.1 Ajustes no lucro ou prejuízo líquido, 236
 - 12.2 Análise do primeiro ajuste no método indireto, 237
 - 12.3 Análise do segundo ajuste no método indireto, 241
 - 12.3.1 Ajuste negativo do ativo circulante operacional, 241
 - 12.3.2 Ajuste positivo do ativo circulante operacional, 242
 - 12.3.3 Ajuste negativo do passivo circulante operacional, 243
 - 12.3.4 Ajuste positivo do passivo circulante operacional, 243
 13. Apresentação dos fluxos de caixa em base líquida, 245
 14. Fluxos de caixa em moeda estrangeira, 246
 15. Juros e dividendos, 250
 - 15.1 Obrigatoriedade da divulgação dos juros pagos, 253
 16. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, 253
 - 16.1 Obrigatoriedade da divulgação do IR e CSLL, 254
 17. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa, 254
 18. Investimento em coligada, controlada e controlada em conjunto, 257
 19. Alteração da participação em controlada e em outros negócios, 257
- Exercícios resolvidos, 261

CAPÍTULO 06 – CPC 04 (R1) ATIVO INTANGÍVEL, 295

1. Conceito, 295
2. Objetivo do CPC 04, 295
3. Alcance do CPC 04, 295
4. Ativos intangíveis contidos em elementos com substância física, 296
5. Fora do alcance do CPC 04, 297
6. Ativo intangível, 297
 - 6.1 Ativo intangível identificado, 299
 - 6.2 Ativo intangível controlado, 300
7. Reconhecimento e mensuração, 300
8. Aquisição separada de um ativo intangível, 304
 - 8.1 Custo de um ativo intangível adquirido a prazo, 305
9. Aquisição de intangível oriundo da combinação de negócios, 307
 - 9.1 Mensuração de um intangível oriundo da combinação de negócios, 307
10. Aquisição por meio de subvenção ou assistência governamental, 312
11. Aquisição de ativo intangível por meio de permuta de ativos, 313
12. *Goodwill* gerado internamente, 315
13. Ativo intangível gerado internamente, 315
 - 13.1 Fase de pesquisa, 316
 - 13.2 Fase de desenvolvimento, 316
 - 13.3 Gastos com pesquisas e desenvolvimento em andamento adquiridos, 318
 - 13.4 Reconhecimento de despesa, 319
 - 13.5 Despesa anterior não reconhecida como ativo, 321
 - 13.6 Custo de ativo intangível gerado internamente, 321
14. Mensuração após o reconhecimento, 323
 - 14.1 Método de custo, 323
 - 14.2 Método de reavaliação, 323
15. Vida útil, 327
16. Ativo intangível com vida útil definida, 328
 - 16.1 Método linear de amortização, 329
 - 16.2 Método dos saldos decrescentes, 329
 - 16.3 Método das unidades produzidas, 330
 - 16.4 Amortização baseada na receita gerada, 330

- 16.5 Valor residual, 330
- 16.6 Revisão do período e do método de amortização, 331
- 17. Ativo intangível com vida útil indefinida, 331
- 18. Revisão da vida útil, 332
- 19. Baixa e alienação, 332
- 20. Divulgação, 333
- 21. Tratamento fiscal do ativo intangível, 335
- Exercícios resolvidos, 338

CAPÍTULO 07 – CPC 05 (R1) DIVULGAÇÃO SOBRE PARTES RELACIONADAS, 349

- 1. Objetivo do CPC 05, 349
- 2. Alcance do CPC 05, 349
- 3. Propósito da divulgação sobre partes relacionadas, 350
- 4. Identificação das partes relacionadas, 351
- 5. Pessoa física como parte relacionada da entidade, 352
 - 5.1 Pessoa física com controle pleno ou compartilhado, 352
 - 5.2 Pessoa física com influência significativa, 352
 - 5.3 Membros próximos à família detentora de *holding* de investimentos, 353
 - 5.4 Pessoa física membro do pessoal-chave da administração, 355
- 6. Pessoa jurídica como parte relacionada da entidade, 357
- 7. Entidades relacionadas com o estado, 358
- 8. Não são partes relacionadas, 360
- 9. Remuneração, 360
- 10. Divulgação, 361
- Exercícios resolvidos, 364

CAPÍTULO 08 – CPC 06 (R1) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, 367

- 1. Introdução, 367
- 2. Objetivo do CPC 06, 368
- 3. Alcance do CPC 06, 368
- 4. Fora do alcance do CPC 06, 368
- 5. Arrendamento mercantil, 368
 - 5.1 Arrendamento mercantil financeiro, 369
 - 5.2 Arrendamento mercantil operacional, 369
 - 5.3 Arrendamento mercantil não cancelável, 369
 - 5.4 Início do arrendamento mercantil, 369
 - 5.5 Começo do prazo do arrendamento mercantil, 369
 - 5.6 Prazo do arrendamento mercantil, 370
 - 5.7 Pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, 370
 - 5.8 Valor justo, 371
 - 5.9 Vida econômica, 371
 - 5.10 Vida útil, 371
 - 5.11 Valor residual garantido, 371
 - 5.12 Opção de compra, 371
 - 5.13 Custos diretos iniciais, 372
 - 5.14 Investimento no arrendamento mercantil, 372
 - 5.15 Taxa de juros, 373
 - 5.16 Pagamento contingente, 375
- 6. Classificação do arrendamento mercantil, 375
 - 6.1 Classificação em arrendamento mercantil financeiro, 376
 - 6.2 Classificação em arrendamento mercantil operacional, 377
- 7. Arrendamento de terrenos e edifícios, 377
 - 7.1 Pagamentos mínimos entre elementos de terrenos e edifícios, 378
- 8. Arrendamento mercantil financeiro na arrendatária, 380
 - 8.1 Reconhecimento inicial a valor presente do *leasing* financeiro, 382

- 8.2 Reconhecimento inicial a valor justo do *leasing* financeiro, 384
 - 8.3 Mensuração subsequente do arrendamento mercantil financeiro, 386
 - 8.4 Divulgação do arrendamento mercantil financeiro, 387
 - 9. Arrendamento mercantil financeiro no arrendador, 388
 - 9.1 Mensuração subsequente no arrendador, 388
 - 10. Arrendamento mercantil operacional, 391
 - 10.1 Divulgação do arrendamento mercantil operacional, 391
 - 11. Transação de venda e *leaseback*, 391
 - 11.1 Arrendamento financeiro resultante de um *leaseback*, 392
 - 11.2 Arrendamento operacional resultante de um *leaseback*, 396
 - 11.2.1 *Leaseback* operacional resultante do preço de venda igual ao valor justo, 396
 - 11.2.2 *Leaseback* operacional resultante do preço de venda inferior ao valor justo, 399
 - 11.2.3 *Leaseback* operacional resultante do preço de venda superior ao valor justo, 401
 - 12. Tratamento fiscal do arrendamento mercantil, 406
 - 12.1 Tratamento fiscal do arrendamento mercantil no arrendador, 406
 - 12.2 Tratamento fiscal do arrendamento mercantil na arrendatária, 410
- Exercícios resolvidos, 413

CAPÍTULO 09 – CPC 07 (R1) SUBVENÇÃO E ASSISTÊNCIA GOVERNAMENTAIS, 429

- 1. Alcance do CPC 07, 429
 - 2. Assistência governamental, 429
 - 3. Subvenção governamental, 430
 - 3.1 Classificação da subvenção governamental, 431
 - 3.2 Ativo não monetário obtido como subvenção governamental, 432
 - 4. Reconhecimento de uma subvenção governamental, 433
 - 5. Apresentação da subvenção no balanço patrimonial, 433
 - 5.1 Contabilização da subvenção governamental, 436
 - 6. Apresentação da subvenção na demonstração do resultado, 437
 - 7. Subvenção na forma de empréstimo subsidiado, 438
 - 8. Subvenção na forma de isenção e redução tributária, 449
 - 9. Subvenção na forma de aplicação da parcela do imposto de renda, 454
 - 10. Tratamento contábil da subvenção governamental como receita, 456
 - 11. Perda da subvenção governamental, 457
 - 11.1 Perda da subvenção governamental relacionada a ativos, 457
 - 11.2 Perda da subvenção governamental relacionada a resultados, 459
 - 12. Tratamento fiscal da subvenção governamental, 462
- Exercícios resolvidos, 462

CAPÍTULO 10 – CPC 08 (R1) CUSTOS DE TRANSAÇÃO E PRÊMIOS NA EMISSÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, 469

- 1. Objetivo, 469
- 2. Alcance, 469
- 3. Termos utilizados no CPC 08, 469
 - 3.1 Custos de transação, 469
 - 3.2 Despesas financeiras, 470
 - 3.2.1 Operações financeiras, 470
 - 3.2.2 Registro dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, 470
 - 3.3 Encargos financeiros, 472
- 4. Debêntures, 473
 - 4.1 Remuneração das debêntures, 474
 - 4.2 Contabilização das debêntures, 474
 - 4.3 Gastos com emissão de debêntures, 475
 - 4.4 Prêmio na emissão de debêntures, 475
 - 4.5 Reservas de lucros específicas, 475
 - 4.6 Limite do saldo das reservas de lucros, 478

5. Taxa interna de retorno, 478
 6. Método de juros efetivos, 478
 7. Título patrimonial, 479
 8. Valor justo, 479
 9. Captação de recursos, 479
 10. Captação de recursos via instrumentos patrimoniais, 479
 - 10.1 Emissão de ações, 479
 - 10.2 Valor das ações, 480
 - 10.2.1 Valor nominal da ação, 480
 - 10.2.2 Valor patrimonial da ação, 481
 - 10.2.3 Valor de emissão da ação, 481
 - 10.2.4 Valor de mercado da ação, 482
 - 10.3 Contabilização de recursos via emissão de ações, 482
 - 10.4 Gastos com emissão de ações, 483
 11. Contabilização da aquisição de ações de emissão própria, 485
 12. Contabilização da captação de recursos de terceiros, 487
 13. Alocação de custos de transação, 488
 14. Contabilização temporária dos custos de transação, 488
 15. Divulgação, 491
- Exercícios resolvidos, 504

CAPÍTULO 11 – CPC 09 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO, 517

1. Conceito, 517
 2. Demonstração do valor adicionado, 517
 3. Modelo de demonstração do valor adicionado, 518
 - 3.1 Receitas, 519
 - 3.2 Insumos adquiridos de terceiros, 520
 - 3.3 Valor adicionado, 520
 - 3.4 Depreciação, amortização e exaustão, 520
 - 3.5 Valor adicionado recebido em transferência, 520
 - 3.6 Distribuição da riqueza, 520
 - 3.6.1 Impostos, taxas e contribuições, 521
 - 3.6.2 Pessoal, 521
 - 3.6.3 Remuneração de capitais de terceiros, 521
 - 3.6.4 Remuneração de capitais próprios, 521
 4. Características das informações da DVA, 522
 5. Ativos construídos pela empresa para uso próprio, 522
- Exercícios resolvidos, 526

CAPÍTULO 12 – CPC 12 AJUSTE A VALOR PRESENTE, 543

1. Objetivo do CPC 12, 543
2. Alcance do CPC 12, 544
3. Mensuração, 546
 - 3.1 Mensuração de ativos e passivos monetários, 547
 - 3.2 Mensuração de ativos e passivos não monetários, 550
4. Empréstimos e financiamentos subsidiados, 554
5. Determinação da taxa de desconto, 554
 - 5.1 Inflação do período, 554
 - 5.2 Custo de oportunidade do capital, 554
 - 5.3 Risco da operação, 554
6. Relevância e confiabilidade, 556
7. Custos e benefícios, 556
8. Diretrizes específicas, 557
9. Passivos não contratuais, 558
10. Efeitos fiscais, 559
11. Divulgação, 560

12. Ajuste a valor presente e o ICMS, 560
 - 12.1 Registro da operação no vendedor, 560
 - 12.2 Registro da operação no comprador, 561
 - 12.3 Registro do ICMS sobre vendas na DRE do vendedor, 561
 13. Valor presente, 563
 14. Valor justo, 563
 15. Diferença entre o ajuste a valor presente e o valor justo, 563
 16. Tratamento fiscal do ajuste a valor presente de direitos, 566
 17. Tratamento fiscal do ajuste a valor presente de obrigações, 568
- Exercícios resolvidos, 575

CAPÍTULO 13 – CPC 15 (R1) COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS, 593

1. Objetivo do CPC 15, 593
 2. Alcance do CPC 15, 593
 - 2.1 Negócios sob controle comum, 594
 3. Combinação de negócios, 596
 - 3.1 Adquirente, 596
 - 3.2 Identificação de combinação de negócios, 597
 - 3.3 Definição de negócio, 603
 4. Método da combinação de negócios, 604
 - 4.1 Identificação do adquirente, 605
 - 4.2 Determinação da data de aquisição, 605
 - 4.3 Reconhecimento e mensuração dos ativos, passivos e participações, 605
 - 4.4 Mensuração da contraprestação transferida, 605
 5. Contraprestação contingente, 607
 6. Combinação de negócios realizada em estágios, 608
 7. Período de mensuração, 611
 8. Origem dos ágios e do ganho por compra vantajosa, 612
 9. Reconhecimento e mensuração do *goodwill*, 613
 10. Reconhecimento e mensuração do ganho por compra vantajosa, 618
 11. Reconhecimento e mensuração do *goodwill* e do ganho por compra vantajosa na combinação de negócios em estágios, 622
 12. Exceções no reconhecimento e mensuração, 627
 - 12.1 Exceções no reconhecimento do passivo contingente, 627
 13. Arrendamento operacional na combinação de negócios, 630
 14. Mensuração e contabilização após o reconhecimento inicial, 632
 - 14.1 Direito readquirido, 633
 - 14.2 Passivo contingente, 633
 - 14.3 Ativo de indenização, 633
 - 14.4 Contraprestação contingente, 634
- Exercícios resolvidos, 634

CAPÍTULO 14 – CPC 16 (R1) ESTOQUES, 649

1. Objetivo do CPC 16, 649
2. Alcance do CPC 16, 649
3. Valor realizável líquido e valor justo, 650
4. Estoques, 652
5. Mensuração de estoque, 653
 - 5.1 Custo de aquisição, 653
 - 5.2 Custos de transformação, 654
 - 5.2.1 Custos diretos de fabricação, 654
 - 5.2.2 Custos indiretos de fabricação, 654
 - 5.3 Outros custos incorridos, 655
6. Critérios de valoração de estoque, 657
 - 6.1 Critério do PEPS, 658

- 6.2 Critério do custo médio ponderado, 660
- 6.3 Critério do UEPS, 664
- 6.4 Método do varejo, 665
- 7. Valor realizável líquido, 667
- 8. Reconhecimento como despesa no resultado, 669
- 9. Divulgação, 671
 - 9.1 Subclassificação das despesas na DRE, 672
- Exercícios resolvidos, 673

CAPÍTULO 15 – CPC 18 (R2) INVESTIMENTO EM COLIGADA, EM CONTROLADA E EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO, 687

- 1. Objetivo do CPC 18, 687
- 2. Alcance do CPC 18, 687
- 3. Classificação das participações societárias, 687
 - 3.1 Participações societárias temporárias, 688
 - 3.1.1 Empréstimos e recebíveis, 688
 - 3.2 Avaliação das participações societárias temporárias, 688
 - 3.2.1 Participações societárias temporárias disponíveis para venda, 689
 - 3.2.2 Participações societárias temporárias destinadas à negociação, 691
 - 3.2.3 Participações societárias temporárias mantidas até o vencimento, 692
 - 3.3 Participações societárias permanentes, 697
- 4. Método do custo, 697
 - 4.1 Dividendos de investimentos avaliados pelo custo de aquisição, 698
 - 4.1.1 Dividendos recebidos até 6 meses da data de aquisição, 699
 - 4.1.2 Dividendos recebidos após 6 meses da data de aquisição, 699
- 5. Método da equivalência patrimonial, 700
 - 5.1 Aplicação do método da equivalência patrimonial, 701
 - 5.2 Exceções à aplicação do método da equivalência patrimonial, 702
 - 5.3 Descontinuidade do uso do método da equivalência patrimonial, 702
- 6. Resultado do exercício de investimentos avaliados pelo custo e MEP, 706
- 7. Coligadas, 707
 - 7.1 Influência significativa, 707
 - 7.1.1 Participação no capital de coligada superior a vinte por cento, 708
 - 7.1.2 Participação no capital de coligada inferior a vinte por cento, 708
 - 7.2 Potenciais direitos de voto e influência significativa, 709
 - 7.3 Perda da influência significativa, 710
- 8. Controladas, 711
 - 8.1 Formas de controle, 712
 - 8.2 Sociedades integrantes de um mesmo grupo, 713
 - 8.3 Sociedades sob controle comum, 713
- 9. Dividendos de investimentos avaliados pelo MEP, 714
- 10. Resultado do exercício de investimentos avaliados pelo MEP, 715
- 11. Datas de avaliação pelo MEP, 717
 - 11.1 Data de aquisição, 717
 - 11.2 Data de encerramento do exercício social, 717
 - 11.3 Demonstrações contábeis para aplicação do MEP, 719
- 12. Recebimento de bonificações, 720
- 13. *Goodwill*, 721
 - 13.1 *Goodwill* objetivo, 721
 - 13.2 *Goodwill* subjetivo, 722
 - 13.3 *Goodwill*, capital intelectual e fundo de comércio, 722
 - 13.4 Contabilização do *goodwill* objetivo, 722
 - 13.5 Amortização do *goodwill*, 724
 - 13.6 Reversão de perda por desvalorização do *goodwill*, 725

14. Ágio por mais-valia de ativos líquidos, 727
 - 14.1 Amortização do ágio por mais-valia de ativos líquidos, 728
 15. Ganho por compra vantajosa, 731
 16. Tratamento do ágio e deságio após a convergência contábil, 734
 17. Aquisição com *goodwill* e valor justo igual ao valor patrimonial, 735
 18. Aquisição com *goodwill* e valor justo diferente do valor patrimonial, 737
 19. Aquisição com ganho e valor justo igual ao valor patrimonial, 739
 20. Aquisição com ganho e valor justo diferente do valor patrimonial, 742
 21. Perda da condição de coligada, 744
 22. Perda do controle de uma controlada, 744
 23. Ágio na aquisição de investimento com patrimônio líquido negativo, 745
 24. Resultados não realizados, 747
 25. Lucros não realizados em operações com coligada, 748
 - 25.1 Eliminação dos LÑR para aplicação do MEP em coligadas, 750
 - 25.2 Eliminação dos LÑR para aplicação do MEP em controladas, 757
 26. Mudanças na participação societária, 764
 27. Variações na porcentagem de participação em controladas, 764
- Exercícios resolvidos, 773

CAPÍTULO 16 – CPC 20 (R1) CUSTOS DOS EMPRÉSTIMOS, 811

1. Objetivo, 811
 2. Alcance do CPC 20, 811
 3. Reconhecimento dos custos de empréstimos, 812
 4. Custos de empréstimos capitalizáveis, 813
 5. Início da capitalização, 814
 6. Suspensão da capitalização, 815
 7. Cessação da capitalização, 816
 8. Divulgação, 817
 9. Disposições transitórias, 817
- Exercícios resolvidos, 817

CAPÍTULO 17 – CPC 23 POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO, 823

1. Objetivo do CPC 23, 823
 2. Alcance do CPC 23, 823
 3. Políticas contábeis, 824
 - 3.1 Seleção e aplicação de políticas contábeis, 824
 - 3.2 Uniformidade de políticas contábeis, 826
 - 3.3 Mudança nas políticas contábeis, 826
 - 3.4 Limitação à aplicação retrospectiva, 827
 - 3.5 Divulgação de mudanças nas políticas contábeis, 828
 4. Mudança nas estimativas contábeis, 832
 - 4.1 Divulgação na mudança de estimativas contábeis, 834
 5. Erro, 835
 - 5.1 Limitação à reapresentação retrospectiva, 837
 - 5.2 Divulgação de erro de período anterior, 837
 6. Impraticabilidade da aplicação e da reapresentação retrospectivas, 838
- Exercícios resolvidos, 841

CAPÍTULO 18 – CPC 24 EVENTO SUBSEQUENTE, 859

1. Objetivo do CPC 24, 859
 2. Alcance do CPC 24, 859
 3. Evento subsequente, 859
 4. Eventos subsequentes que são ajustados pela entidade, 861
 5. Eventos subsequentes que não são ajustados pela entidade, 862
- Exercícios resolvidos, 864

CAPÍTULO 19 – CPC 25 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, 871

1. Objetivo do CPC 25, 871
 2. Alcance do CPC 25, 871
 3. Fora do alcance do CPC 25, 871
 4. Provisão, 872
 5. Ativo contingente, 875
 - 5.1 Reconhecimento de um ativo contingente, 875
 6. Passivo contingente, 877
 - 6.1 Reconhecimento de um passivo contingente, 877
 7. Relação entre provisão e passivo contingente, 878
 8. Reconhecimento de uma provisão, 878
 - 8.1 Obrigação presente, 880
 - 8.2 Evento passado, 881
 - 8.3 Saída provável de recursos que incorporam benefícios econômicos, 882
 - 8.4 Estimativa confiável da obrigação, 882
 9. Mensuração de uma provisão, 883
 - 9.1 Método do valor esperado, 883
 10. Contabilização e divulgação de uma provisão, 885
 11. Risco e incerteza, 888
 12. Valor presente das provisões, 888
 13. Evento futuro, 889
 14. Alienação esperada de ativo, 889
 15. Reembolso, 889
 16. Mudança na provisão, 890
 17. Uso de provisão, 890
 18. Contrato oneroso, 890
 19. Reestruturação, 892
 - 19.1 Critérios gerais de reconhecimento, 892
 20. Divulgação, 895
- Exercícios resolvidos, 896

CAPÍTULO 20 – CPC 26 (R1) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, 919

1. Objetivo do CPC 26, 919
2. Alcance do CPC 26, 919
3. Definições utilizadas pelo CPC 26, 920
4. Finalidade das demonstrações contábeis, 922
5. Conjunto completo de demonstrações contábeis, 923
6. Apresentação de acordo com as práticas contábeis brasileiras, 925
 - 6.1 Continuidade, 927
 - 6.2 Regime de competência, 928
 - 6.2.1 Conversão de regimes contábeis, 929
 - 6.3 Materialidade e agregação, 932
 - 6.4 Compensação de valores, 934
 - 6.5 Frequência de apresentação das demonstrações contábeis, 935
 - 6.6 Informação comparativa, 935
 - 6.7 Informação comparativa adicional, 935
 - 6.7.1 Informações específicas do terceiro balanço patrimonial, 936
 - 6.8 Consistência de apresentação, 937
7. Estrutura e conteúdo das demonstrações contábeis, 937
 - 7.1 Identificação das demonstrações contábeis, 937
 - 7.2 Informação a ser apresentada no balanço patrimonial, 938
8. Distinção entre circulante e não circulante, 941
 - 8.1 Ativo circulante, 942
 - 8.2 Passivo circulante, 944
9. Demonstração de resultado do exercício, 949

- 9.1 Informação a ser apresentada na DRE ou nas notas explicativas, 954
 - 9.2 Subclassificação das despesas na DRE, 955
 - 9.2.1 Método da natureza das despesas, 955
 - 9.2.2 Método da função das despesas, 955
 - 10. Demonstração do resultado abrangente, 957
 - 10.1 Formas de apresentação da DRA, 957
 - 10.2 Outros resultados abrangentes, 959
 - 10.3 Ajustes de reclassificação na DRA, 960
 - 10.4 Efeitos tributários nos outros resultados abrangentes, 969
 - 11. Demonstração das mutações do patrimônio líquido, 969
 - 11.1 Informação a ser apresentada na DMPL ou nas notas explicativas, 970
 - 12. Demonstração dos fluxos de caixa, 972
 - 13. Notas explicativas, 973
 - 13.1 Divulgação de políticas contábeis, 974
 - 13.2 Fontes de incerteza na estimativa, 976
 - 13.3 Capital, 976
 - 13.4 Instrumentos financeiros com opção de venda, 977
 - 13.5 Outras divulgações, 978
- Exercícios resolvidos, 978

CAPÍTULO 21 – CPC 27 ATIVO IMOBILIZADO, 1003

- 1. Objetivo do CPC 27, 1003
- 2. Alcance do CPC 27, 1003
- 3. Fora do alcance do CPC 27, 1003
- 4. Ativo imobilizado, 1004
- 5. Reconhecimento de um ativo imobilizado, 1004
- 6. Custos iniciais de um ativo imobilizado, 1005
- 7. Custos subsequentes de um ativo imobilizado, 1005
- 8. Mensuração no reconhecimento de um ativo imobilizado, 1006
- 9. Elementos do custo de um ativo imobilizado, 1006
- 10. Mensuração do custo de um ativo imobilizado, 1009
- 11. Mensuração após o reconhecimento de um ativo imobilizado, 1010
- 12. Método de custo de um ativo imobilizado, 1010
- 13. Método de reavaliação de um ativo imobilizado, 1010
- 14. Depreciação, 1012
 - 14.1 Valor depreciável, 1012
 - 14.2 Período de depreciação, 1013
 - 14.3 Terrenos e edifícios, 1014
 - 14.4 Custos de desmontagem, remoção e restauração, 1014
- 15. Método de depreciação, 1014
 - 15.1 Método da linha reta, 1015
 - 15.2 Método dos saldos decrescentes, 1015
 - 15.3 Método de unidades produzidas, 1017
 - 15.4 Método das horas de trabalho, 1017
- 16. Depreciação de item do imobilizado com custo significativo, 1018
- 17. Depreciação acelerada normal, 1020
- 18. Depreciação de bens usados, 1021
- 19. Depreciação de florestas destinadas à exploração de frutos, 1022
- 20. Depreciação de benfeitorias em imóveis de terceiros, 1023
 - 20.1 Contratos com previsão de indenização das benfeitorias efetuadas, 1024
 - 20.2 Contratos sem previsão de indenização das benfeitorias efetuadas, 1025
 - 20.3 Contratos de locação por prazo determinado, 1025
 - 20.4 Contratos de locação por prazo indeterminado, 1026
- 21. Redução ao valor recuperável de ativos, 1026
- 22. Estimativa contábil e legislação tributária, 1026

- 23. Indenização de perda por desvalorização, 1027
- 24. Baixa de um ativo imobilizado, 1028
- 25. Divulgação, 1030
- Exercícios resolvidos, 1031

CAPÍTULO 22 – CPC 28 PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO, 1037

- 1. Objetivo do CPC 28, 1037
- 2. Alcance do CPC 28, 1037
- 3. Fora do alcance do CPC 28, 1037
- 4. Propriedades, 1038
 - 4.1 Classificação como propriedades para investimento, 1038
 - 4.2 Classificação como propriedade ocupada pelo proprietário, 1039
 - 4.3 Classificação das propriedades com relação aos serviços prestados, 1041
- 5. Imóvel para aluguel, 1041
- 6. Custo no reconhecimento inicial da propriedade para investimentos, 1043
- 7. Mensuração no reconhecimento da propriedade para investimento, 1044
- 8. Política contábil de mensuração após o reconhecimento, 1045
- 9. Método do valor justo, 1046
 - 9.1 Incapacidade na determinação do valor justo, 1046
 - 9.2 Ajuste do valor justo, 1047
 - 9.3 Contagem dupla de ativos e passivos, 1048
- 10. Método do custo, 1048
- 11. Transferências, 1049
 - 11.1 Transferências de investimentos registrados ao custo, 1050
 - 11.2 Transferências de investimentos registrados ao valor justo, 1050
 - 11.3 Transferências de imóveis ocupados pelo proprietário, 1051
 - 11.3.1 Transferências de imóveis ocupados com redução ao valor justo, 1051
 - 11.3.2 Transferências de imóveis ocupados com aumento ao valor justo, 1052
 - 11.3.3 Transferências de imóveis ocupados com aumento remanescente, 1053
 - 11.4 Transferências de estoques, 1054
 - 11.5 Transferências de propriedades em construção, 1055
- 12. Alienação, 1055
- 13. Permuta, 1056
- Exercícios resolvidos, 1058

CAPÍTULO 23 – CPC 31 ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA E OPERAÇÃO DESCONTINUADA, 1067

- 1. Objetivo do CPC 31, 1067
- 2. Alcance do CPC 31, 1067
- 3. Classificação de ativo não circulante como mantido para venda, 1068
 - 3.1 Aquisição de ativo não circulante com a finalidade de venda, 1070
 - 3.2 Classificação de ativo não circulante para distribuição aos sócios, 1070
- 4. Ativo não circulante a ser baixado, 1071
- 5. Mensuração de ativo não circulante mantido para venda, 1072
- 6. Reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável e reversão, 1073
- 7. Alteração nos planos de venda ou de distribuição aos proprietários, 1075
- 8. Apresentação e divulgação, 1077
- 9. Apresentação de uma operação descontinuada, 1077
 - 9.1 Apresentação de operações descontinuadas na DRE, 1079
- 10. Divulgações adicionais, 1082
- Exercícios resolvidos, 1083

CAPÍTULO 24 – CPC 32 TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, 1089

- 1. Conceito, 1089
- 2. Lucro real, 1089
 - 2.1 Adições, 1089

- 2.2 Exclusões, 1090
 - 2.3 Compensações, 1090
 - 2.4 Instituição do livro de apuração do lucro real – Lalur, 1093
 - 2.5 Regulamentação do Lalur, 1093
 - 2.5 Composição do Lalur, 1093
 - 2.6 Demonstração do lucro real, 1094
 - 2.7 Alíquotas do imposto de renda, 1095
 - 3. Lucro presumido, 1096
 - 3.1 Cálculo do IR com base no lucro presumido, 1096
 - 4. Lucro arbitrado, 1099
 - 5. Objetivo do CPC 32, 1099
 - 6. Alcance do CPC 32, 1099
 - 7. Base fiscal, 1100
 - 7.1 Base fiscal de um ativo, 1100
 - 7.2 Base fiscal de um passivo, 1100
 - 8. Lucro tributável ou prejuízo fiscal, 1101
 - 8.1 Reconhecimento de passivos e ativos fiscais correntes, 1101
 - 9. Imposto de renda diferido, 1101
 - 9.1 Ativo fiscal diferido, 1102
 - 9.2 Passivo fiscal diferido, 1102
 - 10. Diferença temporária, 1102
 - 10.1 Diferença temporária tributável, 1102
 - 10.2 Diferença temporária dedutível, 1104
 - 11. Reconhecimento de um ativo fiscal diferido, 1105
 - 12. Reconhecimento de um passivo fiscal diferido, 1105
 - 14. Ativos e passivos fiscais diferidos não devem ser descontados, 1107
- Exercícios resolvidos, 1107

CAPÍTULO 25 – CPC 36 (R3) DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS, 1119

- 1. Conceito de consolidação, 1119
 - 2. Obrigatoriedade de consolidação, 1119
 - 3. Objetivo do CPC 36, 1121
 - 4. Alcance do CPC 36, 1122
 - 5. Empresas obrigadas a realizarem a consolidação, 1122
 - 6. Abrangência das demonstrações contábeis consolidadas, 1123
 - 7. Técnicas de consolidação, 1124
 - 7.1 Soma dos saldos de mesma natureza, 1124
 - 7.2 Saldos e transações intragrupo, 1124
 - 7.3 Investimentos, 1124
 - 8. Controle da investida, 1127
 - 8.1 Poder sobre a investida, 1127
 - 8.2 Retornos variáveis, 1127
 - 8.3 Capacidade de utilizar o poder sobre a investida, 1127
- Exercícios resolvidos, 1128

Bibliografia, 1159

Índice remissivo, 1161